



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

**Aquisição de mesas com pernas dobráveis para a Sede e Cartórios
Eleitorais do TRESC.**



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Objeto da Contratação

Aquisição de mesas com pernas dobráveis para a Sede e Cartórios Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

2. Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

As atividades de configuração de urnas dos Cartórios Eleitorais necessitam de mesas para acomodar as urnas eleitorais. Dentre todos os tipos de mesas que existem no mercado são as mesas com pernas dobráveis que melhor atendem a essa necessidade. Esse produto deve ser fabricado conforme as especificações que serão a seguir descritas para atender padrões satisfatórios de qualidade e ergonomia.

Além da utilização dessas mesas na configuração de urnas, outros setores a utilizam, como por exemplo, a Assessoria de Comunicação Social durante a divulgação das eleições.

Portanto, de fundamental importância a aquisição das mesas com pernas dobráveis para que as atividades relacionadas às eleições possam ser realizadas com padronização de qualidade e segurança.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Trata-se de solicitação de mesas com pernas dobráveis para acomodar as urnas eletrônicas dos Cartórios Eleitorais e para a utilização nas atividades relacionadas às Eleições. As mesas solicitadas oferecem praticidade nas atividades de configuração de urnas e proporcionam qualidade e conforto para os servidores e colaboradores nas atividades a serem realizadas.

É sabido que o mercado oferece vários modelos de mesas com pernas dobráveis, porém o modelo que melhor atende a Justiça Eleitoral é a mesa cuja especificação será apresentada.

As mesas a serem adquiridas pelo TRESC atendem aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, durabilidade e preço compatível com o mercado, atendendo perfeitamente às necessidades deste Tribunal, cujo resultado será a redução de tempo, custo e a realização de um trabalho de qualidade nas atividades atinentes às eleições.

2.3 Alinhamento Estratégico

Na situação em análise, há necessidade de enviar mesas para acomodar as urnas que serão configuradas nos Cartórios Eleitorais do Estado, bem como para a realização de atividades concernentes às eleições, não havendo conflito com qualquer outro serviço eleitoral.

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Juntado aos autos do PAE 22.848/2020.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada, na quantidade estimada de 20 mesas com pernas dobráveis.

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Trata-se do fornecimento de mesas com pernas dobráveis, com as seguintes especificações:

Item 1: Mesas com pernas dobráveis

Tampo:

- ✓ Largura mínima de 45 cm (quarenta e cinco centímetros) e máxima de 50 cm (cinquenta centímetros);
- ✓ Comprimento mínimo de 150 cm (cento e cinquenta centímetros) e máximo de 160 cm (cento e sessenta centímetros);
- ✓ Tampo em compensado com espessura mínima de 18 mm;
- ✓ Estrutura metálica com pintura eletrostática a pó, na cor preta, percorrendo mais de 80% do comprimento do tampo, garantindo rigidez e resistência da mesa;
- ✓ Revestimento em fórmica, na cor argila;
- ✓ Laterais com fita de PVC, na cor argila.

Pernas:

- ✓ Dobráveis, com sistema de dobradiças com travas que permitam o travamento na abertura e no fechamento;
- ✓ Pernas tubulares de aço carbono de no mínimo 1" (uma polegada);
- ✓ Paredes das pernas de no mínimo 1,5 mm (um milímetro e meio);
- ✓ Pintura eletrostática a pó na cor preta;
- ✓ Altura de no mínimo 73 cm (setenta e três centímetros) e no máximo 75 cm (setenta e cinco centímetros);
- ✓ Sapatas plásticas ou emborrachadas.
- ✓ Quantidade: **20 (vinte) unidades.**

*** Fotos Ilustrativas:**



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



2.8 Seleção do Fornecedor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

2.9 Critérios de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor deverá ser observada a regularidade fiscal e trabalhista da empresa, conforme definido no Edital de Licitação.

2.10 Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão eletrônico, do tipo menor preço, com fundamento nas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

2.11 Impacto ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não é necessário.
Infraestrutura Elétrica	Não é necessário.
Logística de Implantação	Não é necessário.
Espaço Físico	Não é necessário.
Mobiliário	Não é necessário.
Impacto Ambiental	Não é necessário.

2.12 Conformidade técnica

Ressaltamos que, neste momento, os produtos que melhor atendem as necessidades deste Tribunal são aqueles cujas especificações estão elencadas no item 2.7 deste Projeto Básico.

2.13 Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica ao TRESA para conhecimento do padrão existente.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) previamente agendada com a Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, pelo telefone (48) 3251-3865 (48) 984190232; e
- b) realizada pelo representante indicado pela empresa.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do padrão existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.14 Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital; e
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da execução do objeto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.15 Obrigações da Contratada

2.15.1 executar o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e neste Projeto Básico, observado o seguinte:

- a) as mesas deverão ser entregues MONTADAS - incluídos todos os acessórios.
- b) as fitas de acabamento devem ser fixadas por processo mecânico, à quente;
- c) a empresa deverá se responsabilizar pelo cálculo da carga aplicada e pela adequação dos materiais especificados e utilizados, garantindo assim a completa execução, montagem, funcionalidade, durabilidade e segurança do sistema proposto; e
- d) quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, das 13h às 19h, pelo telefone (48) 3251-3865 ou (48) 984190232;

2.15.2. Entregar os produtos em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho emitida pelo TRESC;

2.15.2.1. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, por meio dos telefones (48) 3251 3122 ou (48) 3251 3865, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br;

2.15.3. Entregar os produtos no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESC, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Palhoça/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15.3.1. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRESA;

2.15.3.2. Estando em mora a Contratada, os prazos para substituição de que tratam os subitens **2.15.3.1** e **2.15.4** não interromperão a multa por atraso prevista no item 1.8 do Plano de Fiscalização anexo ao presente Projeto Básico;

2.15.3.3. Em caso de substituição de produtos, conforme previsto nos subitens 2.15.3.1 e 2.15.4, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

2.15.4. Substituir o produto, por outro idêntico ou superior, no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias, a contar do recebimento de notificação do TRESA que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, incidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído - por ação ou omissão - servidor do TRESA;

2.15.5. fornecer produtos com garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano;

2.15.6. Dispor de assistência técnica durante o prazo da garantia, sendo que eventuais reparos deverão ser realizados no prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação formulada pelo TRESA;

2.15.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESA; e

2.15.8. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

2.16 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos e especificações do objeto deste Projeto Básico estão descritos no subitem 2.7 "Caracterização e Composição do Objeto".

3.1.2. Códigos SIASG

Item 1: 108.219

3.1.3. Vigência



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 29 de junho de 2020.

Karla Besen Schmitz

Integrante Técnico

João Batista Sarilho da Silva

Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I - Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O gestor do contrato será a Chefe da Seção de Equipamentos e Móveis do TRESC.

1.1. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- a) os produtos deverão ser entregues em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho emitida pelo TRESC;
- b) a entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, por meio do telefone (48) 3251 3865, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br;
- c) os produtos deverão ser entregues no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESC, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Palhoça/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

1.2. Instrumentos Formais

A nota de empenho emitida em favor da empresa é a condição para informar do pagamento da despesa, quando da entrega dos produtos solicitados.

1.3. Prazos de Garantia

A Contratada deverá fornecer produtos com garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

1.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor da contratação será o Chefe da Seção de Equipamentos e Móveis do TRESC, ou seu substituto, ou superior imediato.

1.5. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.6. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7. Descumprimento Contratual

Se a empresa descumprir as condições contratuais ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.8. Penalidades

1.8.1. A empresa ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não manter a proposta; e
- h) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.8.2. Para os fins do contido na alínea “d” do subitem 1.8.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.8.3. Para os casos não previstos no subitem 1.8.1, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.8.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.8.1 e na alínea “e” do subitem 1.8.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.8.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do(s) produto(s) em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.8.6. Relativamente ao subitem 1.8.3, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução total do contrato.